

HANNA, R. *The foundations of analytic philosophy*. Oxford University Press, New York, EUA, 2001.

Marcelo H. Saraiva/Pedro G. Ferreira

marhansaraiva@gmail.com/pgferreira94@gmail.com

O livro *The Foundations of Analytic Philosophy* de Robert Hanna propõe uma renovada discussão acerca dos rumos da filosofia analítica, ao colocar em pauta de que forma a filosofia teórica kantiana teria sido mal-interpretada e posta de lado por esta desde o seu irrompimento, gerando nesse seu movimento o abandono de fatores analíticos fundamentais kantianos que foram agregados e aprofundados por Gottlob Frege¹. Hanna defende que a proposta de retomar uma discussão com Kant pode abrir novos rumos para a filosofia analítica que se encontra em crise na atualidade. Para tanto, o autor repassa e esclarece a acolhida da filosofia kantiana – mais especialmente, da própria *Crítica da Razão Pura* – pelo pensamento analítico a partir de Frege, Moore e Russell, perpassando por uma historiografia de sua recepção, interpretação e desenvolvimento, até Wittgenstein, Carnap e Quine. Seu objetivo é ainda sugerir uma nova leitura², onde, de uma fusão entre outras duas leituras contemporâneas analíticas – lógico-semântica e psicologista – se pode tirar uma *semântica-cognitiva*³.

Apesar do problema a ser solucionado na investigação procedida por Kant em sua *Crítica da Razão Pura* se tratar de uma questão *semântica* – a saber, as condições de referência objeto-conceito que possibilitam representações mentais objetivas – haveria ainda uma questão *modal* a ser resolvida conseqüentemente – i.e., a possibilidade da justificação de verdades necessárias puras por juízos sintéticos a priori⁴.

¹ “My thesis is that the main doctrines of the first *Critique* were repeatedly loudly rejected, never actually refuted, and sometimes quietly adopted [pela filosofia analítica].” (p. 119)

² No caso, distinta daquelas comumente tomadas: a metafísica, de origem germânica, e epistemológica, de tradição anglo-americana.

³ Hanna compreende a filosofia crítica teórica, ao mesmo tempo, como uma teoria da consciência (representação de um objeto), da intencionalidade (para um sujeito consciente de si e do objeto), do conteúdo mental (sob uma postura psicológica), e do significado (através de um conteúdo objeto-determinante) – fatores que comportariam também, mais especificamente, uma *teoria da cognição*.

⁴ Hanna esboça uma investigação pela filosofia kantiana pré-crítica – carta a Herz (1772), *Aulas de Lógica* (década de 1770) e *Crítica da Razão Pura* (1781/87) – para demonstrar como tais problemáticas já se encontravam implícita e intrínseca à filosofia crítica, a propósito de evitar acusações de anacronismo.

A revolução copernicana expressa na primeira *Crítica* seria dessa forma a resolução de uma problemática semântica, na medida em que “Kant’s transcendental idealism is the thesis that the proper objects of our cognition are *type-identical* with the human mind’s universal innate a priori forms or structures” (p. 21). Resolvendo-se, assim, a primeira problemática, resolve-se também a segunda. Tal resolução se mostra possível pela proposição da doutrina do idealismo transcendental, que incorre na explanação do *juízo sintético a priori*, cujas proposições são verdades referentes ao mundo objetivo (*world-directed*) possíveis de serem validadas pela sensibilidade. A referência conceito-objeto necessária é fundada no modo que as representações objetivas mentais chegam à mente humana através da *imaginação* – faculdade responsável pela síntese das representações, operação processual genérica de geração de cognições⁵ compreendida também como combinação, apresentando tais informações organizadas ao sujeito de acordo com a *unidade sintética da apercepção (intencionalidade)*. Isso faz do “eu penso” o veículo de todos os conceitos propriamente ditos. Estes sendo constituídos a partir da representação mental (objeto empírico) e da abstração (conceito puro), e tal objeto a princípio genérico é definido na medida em que é um alvo formal para a intencionalidade humana em geral, originado no *processo sintético*, esse resultado implica então em uma distinção fundamental entre dois tipos de representações objetivas diferenciam analiticidade e sinteticidade: *intuições* (sensibilidade) e *conceitos* (entendimento). A distinção implica em um contraste e em uma complementariedade, onde uma faculdade não pode funcionar sem a outra enquanto se pretende a construção de conhecimento verdadeiro.

Hanna inquirir assim sobre o modo como estes elementos se integram em relação à natureza do próprio tipo de juízo, posto que toda síntese intuicional e conceitual deve terminar em juízos se elas visam ser representações objetivas de um mundo empírico. Comparando as conclusões de Kant aos resultados das semânticas de Moore e Russell, uma problemática surge, onde a dependência da mente de significados conduz à impossibilidade de qualquer conhecimento. Essa problemática e sua devida resposta parece ser a principal causa para o nascimento de duas acusações que serão amplamente adotadas no curso da história da filosofia: Kant seria culpado pela falácia do psicologismo lógico e o suposto solipsismo e relativismo, os quais redundariam na tese

⁵ A imaginação procede por uma série sintetizante, do conteúdo sensitivo que estimula a sensibilidade aos juízos necessários a priori, condicionantes de juízos de experiência – a essa capacidade de atividade mental criativa que é absolutamente indeterminada pela causalidade natural chama-se *espontaneidade*.

de linhagem cartesiana e berkeleyana, acerca da inexistência do mundo externo. A crítica dessas acusações aparece como urgente para Hanna tendo em vista o alastramento no meio filosófico analítico da imagem de um “Kant psicologista” – o que o autor sugere se tratar do impacto da leitura husserliana e neokantiana sobre o “Kant dos analíticos”, os quais queriam depurar a filosofia como um todo de qualquer traço psicológico. Portanto, as consequências de tal interpretação levariam a filosofia kantiana à impossibilidade de resolução do problema modal, tornando a tese do idealismo transcendental filosoficamente insustentável.

No caso da primeira acusação, o autor granjeia-nos com a hipótese de que Kant seria, pelo contrário, o primeiro crítico do psicologismo lógico no pensamento moderno, através de sua distinção entre lógica pura geral e psicologia empírica da lógica (ou lógica aplicada), entre as normas puras da racionalidade teórica e os nossos desempenhos de pensamento contingentes, nossas experiências particulares de pensar – diferindo aqui tanto de analíticos que esposam o psicologismo (p. ex., Quine em “Epistemology Naturalized”), quanto da alternativa metafísica realista de outros analíticos (como Frege, o primeiro Moore e o primeiro Russel). A esta última, Hanna replica a crítica kantiana à pretensão cognitiva de um conhecimento absoluto, o que transgrediria nosso (humano) caráter finito; a aproximação parece ser aqui com os autores do “giro linguístico” da filosofia analítica (Wittgenstein e Carnap, entre outros), na medida em que a identificação entre lógica e linguagem ali presente também aparece em Kant, mas correlata à noção de “mente *humana*”, que nada mais seria que o conjunto de “funções discursivas, produtivas e inatas” disponíveis em geral ao gênero humano. Daí também que, para Hanna, o idealismo transcendental de Kant tem um sentido mais forte que apenas uma teoria epistemológica (como em Allison, *Kant’s Transcendental Idealism*, 10–13), constituindo-se propriamente numa forma “metafisicamente substantiva de idealismo” e numa “restrição” ou “condição antropocêntrica” (p. 104), independente também de uma determinação “histórico-social” ou “especista-biológica”.

A segunda acusação traz à tona o problema da objetividade, pois trata-se de mostrar como o idealismo transcendental kantiano não recai em um solipsismo ou relativismo. Diferentemente do julgamento de Moore e Russel, que tomam o idealismo de Kant como um prolongamento do solipsismo de Berkeley, a objetividade do conhecimento na tese kantiana pode ser assegurada pelo fato de o objeto não ser idêntico ao ato mental idiossincrático da percepção ou julgamento individuais, uma vez

que o conteúdo da representação, gerado pelo ato cognitivo individual, só é possível mediante o uso de protocolos inatos de síntese universais, próprios à mente humana em geral. Além disso, os conteúdos sensíveis, por sua vez, tem por função primordial indicar um objeto material, que existe no espaço, fora da consciência individual, ainda que possa ser conhecido apenas enquanto fenômeno e não como coisa em si⁶.

De maneira sumária, pode-se dizer que Hanna procura desobstruir o acesso à filosofia kantiana dos preconceitos recorrentes entre os analíticos (psicologismo e solipsismo) para, dessa forma, reconhecer um núcleo comum de problemáticas (modal e semântico), às quais, tratadas sob uma ótica kantiana, podem reavaliar criticamente a tradição analítica em função da pergunta pela possibilidade de representações mentais objetivas, necessárias e a priori. Tal pergunta se traduz nos termos de como são possíveis juízos sintéticos a priori.

Hanna entende que *sinteticidade* é a dependência estrita e necessária da intuição – único fator que concede sentido e verdade à proposição. Por outro lado, para que tal proposição tenha uma validade a priori – e só dessa forma, portanto, possa ser necessária e universal – é preciso que ela seja também ao mesmo tempo *analítica*. Salientando a noção de microestrutura conceitual, que remete um dado conceito às relações de subordinação e de coordenação entre conceitos, ou entre conceitos constitutivos ou primitivos e conceitos secundários ou atributos – em suma, relações infra e inter-conceituais –, Hanna elabora uma noção de analiticidade que é estritamente lógica, produzida por uma síntese puramente intelectual do entendimento, existindo de maneira independente em relação às intuições externas, ao mundo empírico possível (campo “compreensivo” ou “objetual”). Em função de a analiticidade depender de uma geração intelectual de conceitos, é possível também que a microestrutura ou essência conceitual seja esmiuçada através de operações de decomposição, desenvolvimento e exposição, mediante as quais as conexões lógicas do conceito aparecem nas suas

⁶ O problema da *existência* de um mundo ou objeto externo evoca a distinção entre fenômeno e númeno, pela qual Kant evita a um só tempo a negação da realidade externa (solipsismo) e a pretensão metafísica absoluta. Hanna distingue entre dois modos de pensar e conceitualizar um objeto da representação, em relação aos puros conceitos do entendimento - um modo transcendente e um imanente. Não se trata, como muitos defendem, de uma distinção entre “dois aspectos” de um mesmo objeto – porque a diferença não está no objeto mas no *modo de pensá-lo* -, tampouco a postulação de dois objetos ou mundos ontologicamente distintos, pois apenas o uso imanente tem um peso *ontologicamente* válido (enquanto toda hipótese numênica é *problemática*).

características analíticas constituintes (ou “partial concepts”)⁷. Mas na contramão do conceitualismo extremo da tradição analítica, para que Kant possa resolver os problemas modal e semântico é preciso que ele vislumbre a complementariedade dos domínios *lógico-semântico* e *epistêmico-cognitivo* – portanto, uma ideia de *dependência* de alguma analiticidade pela sinteticidade, na medida em que o campo das conexões lógico-conceituais deve poder ser aplicado ao uso dos conceitos não-lógicos nos julgamentos sintéticos, caso se requeira a estes necessidade e universalidade.

A doutrina da sinteticidade e intuição kantiana também converge com a postura adotada por Frege em seus *Fundamentos da Aritmética* (1884) e textos mais tardios, o que faria da negação analítica anti-kantiana também anti-fregeana. Em ambos os filósofos as intuições introduzem elementos indexicalmente essenciais no conteúdo de todas as proposições sintéticas, determinando seu caráter semântico e modal – a relação entre indivíduos empíricos atuais e estruturas transcendentais espaço-temporais. Portanto, a filosofia de ambos se compromete com um *intuicionismo semântico*, o que os coloca em contraste com a tradição analítica em Moore, Russell, Carnap e Quine⁸. Contudo, reconhecer suas doutrinas da sinteticidade de tal forma significa reconhecer as restrições especiais antropocêntricas, no interior das quais se circunscreve a problemática modal da possibilidade de juízos sintéticos a priori.

A conclusão de Hanna se mostra, em última instância, um chamado à revisão fundamental da filosofia analítica, de modo a superar sua crise hodierna através de uma reconciliação basilar, a partir da tomada da filosofia kantiana por Frege. Pela crítica ao ceticismo falibilístico quineano de dimensão pragmática, Hanna argumenta como a lógica ortodoxa de Quine se volta contra si mesma ao utilizar um elemento definitório da racionalidade humana como arma crítica – qual seja, a concepção da revisabilidade de todas as verdades – enquanto tal crítica torna o próprio conhecimento em geral impossível; de acordo com o autor, esse contrassenso foi o gerador do dilema atual da

⁷ A acusação de psicologismo em Kant é novamente crítica, tendo em vista as reflexões sobre os juízos analíticos. Segundo Hanna, Kant não nega a existência de processos mentais singulares e subjetivos (“diferenças fenomenológicas na consciência representacional” ou “psicologia empírica da lógica”, atinentes apenas ao grau de clareza e distinção das representações), mas autonomiza os conteúdos semânticos desta dimensão psicológica, mostrando como a microestrutura específica, puramente lógica, dos conceitos envolvidos pode não ser consciente para o sujeito. Hanna conclui, contra o psicologismo, que os conceitos e sua configuração lógica interna são independentes do processo mental singular.

⁸ O principal foco de crítica da tradição analítica à teoria kantiana dos juízos sintéticos *a priori* foi sobre a ideia de que a matemática pertenceria a essa classe de juízos, assim tendo seu fundamento na *intuição pura*. Esse tópico também se desdobra na crítica à assunção kantiana da geometria euclidiana como o paradigma para o entendimento da intuição espacial.

filosofia analítica, desde *Dois Dogmas do Empirismo* (1950). A *Crítica* de Kant, por sua vez, permite que os tópicos de discussão da tradição analítica sejam tratados adequadamente apenas sob a ótica de uma semântica cognitiva kantiana – i.e., de um ponto de vista apriorístico e mentalista. Para tanto, essa teoria semântica-cognitiva deve ser compreendida intrinsecamente a partir de uma ampla teoria da razão teórica e prática humana: uma *antropologia racional*. A resolução final de Hanna, portanto, se refere a um *retorno a Kant*, na medida em que essa tradição filosófica deve vir a termo com seu movimento kantiano-fregeano fundador.

A envergadura particular desse livro se mede na tentativa de fazer filosofia tomando a sua história como objeto de reflexão – prática esta que por si só se apresenta como ousada num ambiente filosófico tal como o analítico, em que a historicidade do conhecimento não é considerada relevante. Só o fato da filosofia analítica, em muito momentos, se definir antagonicamente a Kant, evidencia o quanto este último foi importante para sua autoconstituição. Mas Hanna faz mais: procura mostrar a atualidade de Kant frente ao ceticismo inerte de boa parte da filosofia analítica contemporânea, que caracteriza sua crise. O risco inerente a esta empresa reside no eventual anacronismo que possa cometer uma tentativa comparativa desta grandeza. Dado que ela exige continuamente uma série de “traduções” e relações entre termos kantianos e analíticos, há sempre também a possibilidade de que as aproximações sejam reduções. Talvez tais interpolações causem dificuldades para um leitor que não esteja minimamente familiarizado com uma e outra tradição.

Referência

HANNA, R. *The Foundations of Analytic Philosophy*. Oxford University Press, New York, EUA, 2001.